



PM-PE

POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO

SOLDADO

- ✎ Língua Portuguesa
- ✎ Redação Discursiva
- ✎ História de Pernambuco
- ✎ Raciocínio Lógico
- ✎ Direito Constitucional
- ✎ Informática (On-line)
- ✎ Direitos Humanos e Legislação Extravagante (On-line)

EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2026

 **NOVA**
CONCURSOS



Conteúdo de acordo
com o Edital
Questões gabaritadas
da banca Instituto AOCP
Legislação comentada

Polícia Militar de Pernambuco

PM-PE

Soldado

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Soldado de acordo com o Edital de Abertura nº 001/2026 da Polícia Militar de Pernambuco PM-PE.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes Importante e Dica, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção Hora de Praticar, com questões gabaritadas da banca Instituto AOCP, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: Conteúdo de Informática e Direitos Humanos e Legislação Extravagante disponíveis em PDF para download. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!

AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE **DEMONSTRAÇÃO**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	9
■ COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS	9
■ TIPOLOGIAS E GÊNEROS TEXTUAIS.....	12
■ FIGURAS DE LINGUAGEM	23
■ RELAÇÕES SEMÂNTICAS ESTABELECIDAS ENTRE ORAÇÕES, PERÍODOS OU PARÁGRAFOS.....	27
OPOSIÇÃO/CONTRASTE, CONCLUSÃO, CONCESSÃO, CAUSALIDADE, ADIÇÃO, ALTERNÂNCIA ETC.....	27
■ ORTOGRAFIA OFICIAL.....	28
ACENTUAÇÃO GRÁFICA	29
■ EMPREGO DAS CLASSES DE PALAVRAS	30
Colocação Pronominal	40
■ EMPREGO DO SINAL INDICATIVO DE CRASE	47
■ SINTAXE DA ORAÇÃO.....	50
TERMOS ESSENCIAIS TERMOS INTEGRANTES E TERMOS ACESSÓRIOS DA ORAÇÃO E SUAS FUNÇÕES NO TEXTO) E DO PERÍODO (PERÍODO SIMPLES E PERÍODO COMPOSTO POR COORDENAÇÃO E POR SUBORDINAÇÃO).....	50
Regência Verbal	61
Regência Nominal.....	62
Concordância Verbal	63
Concordância Nominal	66
FUNÇÕES DO “SE”	68
FUNÇÕES DO “QUE”	68
■ MECANISMOS DE COESÃO TEXTUAL	69
■ EMPREGO DOS SINAIS DE PONTUAÇÃO E SUAS FUNÇÕES NO TEXTO.....	74
■ PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS	78
■ SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS	82
■ VARIAÇÃO LINGUÍSTICA	84

REDAÇÃO DISCURSIVA.....	105
■ INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA.....	105
HISTÓRIA DE PERNAMBUCO.....	139
■ OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO – CONTATOS INICIAIS DO EUROPEU COM O NATIVO LOCAL, CAPITANIAS HEREDITÁRIAS, DUARTE COELHO	139
■ A IMPORTÂNCIA DO AÇÚCAR PARA A ECONOMIA LOCAL.....	139
■ FORMAÇÃO DE OLINDA E RECIFE	141
■ A PRESENÇA HOLANDESA E O GOVERNO DE MAURÍCIO DE NASSAU.....	142
■ MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA E EMANCIPACIONISTAS.....	143
FORMAÇÃO DE QUILOMBOS	143
INSURREIÇÃO PERNAMBUCANA (1654).....	145
GUERRA DOS MASCATES (1710)	145
REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA (1817)	146
CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR (1824)	146
GUERRA DOS CABANOS (1835)	147
REVOLUÇÃO PRAIEIRA (1848)	148
■ PERNAMBUCO E A REPÚBLICA.....	149
■ MANIFESTAÇÕES DA CULTURA POPULAR PERNAMBUCANA – FREVO, MARACATU, CULINÁRIA, FESTAS POPULARES	150
■ HERANÇA AFRODESCENDENTE EM PERNAMBUCO	150
RACIOCÍNIO LÓGICO.....	153
■ COMPREENSÃO DE ESTRUTURAS LÓGICAS.....	153
QUANTIFICADORES.....	155
PROPOSIÇÕES E CONECTIVOS LÓGICOS	156
■ LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO.....	160
ANALOGIAS.....	160
INFERÊNCIAS.....	160
DEDUÇÕES	160
CONCLUSÕES	160

■ EQUIVALÊNCIA E IMPLICAÇÃO LÓGICA	161
■ ARGUMENTOS VÁLIDOS E FALÁCIAS	170
■ DIAGRAMAS LÓGICOS	173
■ PRINCÍPIOS DA CONTAGEM E TÉCNICAS DE CONTAGEM	177
PRINCÍPIO MULTIPLICATIVO	177
PERMUTAÇÕES.....	177
ARRANJOS.....	178
COMBINAÇÕES.....	179
■ PROBABILIDADE	180
DIREITO CONSTITUCIONAL	189
■ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	189
■ DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	193
DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS: DIREITO À VIDA, À LIBERDADE, À IGUALDADE, À SEGURANÇA E À PROPRIEDADE	194
DIREITOS SOCIAIS.....	215
NACIONALIDADE	222
DIREITOS POLÍTICOS	225
■ REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS.....	228
■ ORGANIZAÇÃO DO ESTADO: ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA.....	238
UNIÃO	240
ESTADOS FEDERADOS	243
MUNICÍPIOS.....	244
Repartição de Competências	246
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	255
Disposições Gerais	255
Servidores Públicos	265
Dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.....	268
■ ORGANIZAÇÃO DOS PODERES.....	270
PODER EXECUTIVO	270
PODER LEGISLATIVO	277

PODER JUDICIÁRIO	296
FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	321
■ DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	328
■ SÚMULAS, JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DOS TRIBUNAIS SUPERIORES E LEGISLAÇÃO RELACIONADA COM OS TEMAS	335

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

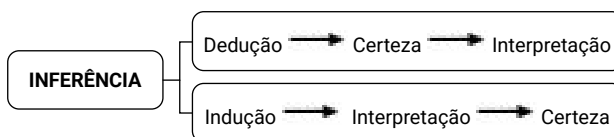
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

REDAÇÃO DISCURSIVA

INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA

Neste material, trabalharemos a redação discursiva. Você estudará algumas características inovadoras no conceito de produção de textos para quem quer atingir um melhor resultado em provas que exijam do candidato a habilidade de produzir um texto.

Aqui, serão apresentados os aspectos gerais da redação discursiva em sua estrutura textual, bem como todos os passos para a sua produção com eficiência. Porém, antes de iniciarmos, é importante dar atenção às dúvidas que geralmente são apresentadas pelos alunos para que se possa dar solução aos principais problemas que eles relatam.

DÚVIDAS FREQUENTES QUANTO À REDAÇÃO PARA CONCURSOS PÚBLICOS

Por que é tão difícil produzir um texto eficiente?

Sempre se ouvem os temores de alunos quanto às provas que cobram dos candidatos habilidades na produção de questões discursivas. Alguns dizem sentir-se tão despreparados que terminam por desistir dos concursos que trazem a redação como critério de classificação.

É necessário reconhecer que o hábito de escrever não está na prática do cotidiano da maioria das pessoas e que, hoje em dia, quando se dispõem a fazê-lo, exercitam essa habilidade normalmente em ambientes virtuais, como sites de comunicação e elaboração de e-mails.

No entanto, nesses ambientes, não é necessário, na maioria das vezes, adequar a escrita à norma padrão da língua. O resultado é que, quando ocorre a exigência da produção escrita, a prática que se tem não promove a eficiência nessa categoria de comunicação.

Como, em pouco tempo, desenvolver a habilidade da escrita em quem tem dificuldade de passar para o papel o que tem na sua cabeça?

Inicialmente, em um procedimento tradicional de produção de textos, começa-se pela apresentação de exemplos de textos bem escritos, depois se faz um planejamento textual, mostra-se sua estrutura, apresenta-se as partes que o compõem.

Depois disso, inicia-se a identificação dessas partes e de como elaborá-las separadamente: como se constrói um parágrafo; quais são as fases de sua elaboração; e quais são os diferentes tipos de parágrafos.

Também é mostrado como podem ser os parágrafos que introduzem, desenvolvem e concluem um texto dissertativo. Só depois de exercitar esses primeiros procedimentos é que se passa à produção de um trabalho completo, buscando a eficiência do todo por intermédio do agrupamento de cada uma das partes estudadas até a formação de um bloco contínuo e completo.

O truncamento desse trabalho ocorrerá certamente se o aprendiz não se dispuser a praticar esses conceitos. É aí que começa a frustração dos potenciais autores, pois, muitas vezes, só tentam praticar a escrita da redação após concluírem o estudo do livro didático e enfrentam grande dificuldade no momento do agrupamento — ou seja, em transformar em um todo aquilo que aprenderam a fazer em partes. Se o resultado não for satisfatório, acabam assumindo a dificuldade como uma inabilidade pessoal.

Como proposta de solução para essa dificuldade, vamos partir de um princípio inverso em que se começa da materialização do texto eficiente, satisfazendo os anseios dos nossos alunos: começamos pelo **todo** para depois estudarmos as **partes**.

Esse trabalho consiste na elaboração de máscaras de redação, o que proporciona um ponto de partida concreto na produção de redações eficientes a partir de modelos prontos e que serão estudados e adaptados para qualquer tema proposto pela banca organizadora do concurso, respeitando, ainda, o caráter da originalidade, da criticidade e da criatividade de cada autor.

As máscaras de redação garantem a eficácia sobre os principais quesitos exigidos pelas bancas organizadoras dos critérios de correção dos textos, tais como progressão textual e sequencialização, coesão e, consequentemente, coerência, além de atender naturalmente à estrutura própria dos textos dissertativos.

Outro ponto importante é o de permitir ao candidato uma projeção bem aproximada da extensão do seu texto em número de linhas.

Essa proposta também tem a finalidade de desenvolver uma maior agilidade na projeção e na construção da redação, otimizando o tempo de sua elaboração durante a prova.

Qual o peso ou a importância da redação em um concurso público?

O peso da redação é muito grande, por isso, ela faz a diferença na aprovação. Nos concursos atuais, a redação tornou-se o passaporte para o ingresso em grande parte das carreiras públicas, pois de nada vale um resultado positivo na prova objetiva se não houver sucesso na redação.

Os candidatos costumam dedicar seu tempo de estudos à prova objetiva e deixar a redação por último. Na maioria das vezes, passam naquela e reprovam nesta. Nesse sentido, é necessário exercitar a competência escrita desde o início dos estudos, com uma redação por semana ou, pelo menos, com uma a cada 15 dias.

O que conta mais para um bom resultado: ter bons conhecimentos sobre o assunto apresentado na proposta ou ter bons conhecimentos em língua portuguesa?

Em verdade, os dois aspectos são equivalentes em importância. No que diz respeito aos conhecimentos de língua portuguesa, estamos nos referindo à estrutura e à linguagem do texto dissertativo. Subentende-se que quem domina esses dois aspectos não enfrenta dificuldades com a ortografia e outros elementos gramaticais que, inclusive, costumam ter pouco peso na prova.

HISTÓRIA DE PERNAMBUCO

OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO – CONTATOS INICIAIS DO EUROPEU COM O NATIVO LOCAL, CAPITANIAS HEREDITÁRIAS, DUARTE COELHO

Por formação territorial, compreende-se o processo histórico e geográfico por meio dos quais uma região se desenvolve, estabelecendo suas fronteiras e organizando seu espaço físico e político.

AS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS

Em 1534, Portugal, que não dispunha de meios para ocupar e colonizar todo o território recém tomado, estruturou um sistema que incumbia terceiros dessa empreitada, sob o governo da Coroa Portuguesa. Esse sistema, denominado de Capitanias Hereditárias, estabelecia a divisão do território em 15 faixas de terra, as capitanias. Posteriormente, outras capitanias surgiram a partir da subdivisão das iniciais 15.

As capitanias eram cedidas pela Coroa aos donatários, que eram, em sua maioria, fidalgos, ou seja, nobres do reino de Portugal, sob a condição de que propiciassem as condições necessárias para o povoamento da área. Outras exigências para a cessão das terras era a obrigação de proteger o território, seja de outros europeus ou de ataques dos povos nativos, indígenas que buscavam recuperar suas terras e a produção de riqueza, que se converteria em tributos para a Coroa.

Nesse sistema, em teoria, Portugal beneficiava-se por não precisar investir financeiramente na colonização do novo território, e os donatários, por sua vez, apesar das condições dispostas, também se beneficiavam pela possibilidade de aumentarem seus patrimônios por meio da exploração dos recursos naturais das áreas recebidas.

Na prática, vários donatários enfrentaram dificuldades no processo de colonização imposto, e, das 15 primeiras capitanias criadas, apenas duas prosperaram: a Capitania de São Vicente, atual estado de São Paulo, e a Capitania de Pernambuco. O sucesso da Capitania de Pernambuco pode ser explicado por dois fatores: a qualidade do solo, que recebeu bem a plantação de cana-de-açúcar e sua localização, que colocava, geograficamente, a capitania mais próxima a Portugal se comparada a outras.

Dica: no contexto das Capitanias Hereditárias, a **Carta de Doação** consistia em um documento que conferia ao donatário o direito de explorar a terra e transmitir esse direito aos seus descendentes. Autorizava, ainda, o donatário a estabelecer vilas e engenhos com o objetivo de promover o povoamento. Já a

Carta Foral era um documento que regulava as questões referentes aos tributos e à divisão dos lucros provenientes da capitania entre a Coroa e os donatários.

A IMPORTÂNCIA DO AÇÚCAR PARA A ECONOMIA LOCAL

O AÇÚCAR DE PERNAMBUCO E O COMÉRCIO HOLANDÊS

Em Portugal, a morte de Dom Sebastião durante a Batalha de Alcácer-Quibir, ao norte de Marrocos, em 4 de agosto de 1578, desencadeou uma crise de sucessão, em virtude da ausência de herdeiros. O parente mais próximo de Dom Sebastião era o rei da Espanha, Felipe II. Por esta razão, a Coroa Portuguesa foi unificada à Coroa Espanhola, no que ficou conhecido como União Ibérica, com tal condição perdurando de 1580 a 1640.

No contexto internacional, nesse mesmo período ocorreu a independência dos Países Baixos por meio do processo que ficou conhecido como “Guerra dos Oitenta¹ Anos” (1568-1648). À época, o país que atualmente é conhecido como Holanda e seus vizinhos estavam subordinados à Espanha. A principal razão para a revolta e posterior independência foi a insatisfação holandesa diante do domínio espanhol, liderado pelo rei Felipe II.

A Holanda era responsável pelo comércio da maior parte do açúcar produzido no Brasil, especialmente o açúcar proveniente da Capitania de Pernambuco, chegando a dominar o comércio internacional de açúcar, por meio da importação e distribuição do produto das colônias de outros países — prática que gerava considerável lucro. Além disso, os holandeses aprimoraram as técnicas de refinamento de açúcar, tornando-o mais branco e refinado, resultando numa variedade de açúcar conhecida como “açúcar branco”, considerado de alta qualidade e com grande demanda na Europa.

A Espanha, em decorrência dos conflitos prévios com a Holanda, e tendo em suas mãos o governo espanhol e português, proibiu o comércio entre as colônias portuguesas e os holandeses. Os holandeses, por sua vez, invadiram o Brasil e deram início a tentativas de colonizar o território (Malta, 2011).

Dica

Em 1621, foi criada pelos holandeses a “Companhia das Índias Ocidentais”, cuja principal finalidade consistia em consolidar e expandir seus interesses coloniais nas Américas, Caribe e África. A Companhia atuou no comércio de açúcar, no tráfico de escravizados e na colonização de terras na América do Norte, incluindo Nova Amsterdã, atual Nova Iorque, e no Caribe, onde estabeleceu colônias.

¹ Embora leve este nome, durou uma década a mais.

RACIOCÍNIO LÓGICO

COMPREENSÃO DE ESTRUTURAS LÓGICAS

Na lógica, temos apenas dois valores lógicos: **verdadeiro** ou **falso**. Quando temos uma declaração verdadeira, o seu valor lógico é **Verdade (V)**; quando é falsa, dizemos que seu valor lógico é **Falso (F)**.

ESTRUTURA LÓGICA

A Negação com o Conectivo “não”

Representação simbólica: $(\sim p)$ ou $(\neg p)$.

Sabemos que o valor lógico de “p” e “ $\sim p$ ” são opostos, isto é, se p é uma proposição verdadeira, “ $\sim p$ ” será falsa, e vice-versa.

Exemplo:

- p: “Matemática é difícil.”;
- $(\sim p)$ ou $(\neg p)$: “Matemática não é difícil.”

Outras maneiras de negar uma proposição, que têm aparecido com frequência nas provas de concursos, são:

- “Não é verdade que matemática é difícil.”;
- “É falso que matemática é difícil.”

Conjunção (Conectivo “e”)

Representação simbólica: $\wedge$

Exemplos:

Na linguagem natural:

O macaco bebe leite **e** o gato come banana.

Na linguagem simbólica: $p \wedge q$

Sendo:

- p: o macaco bebe leite.
- q: gato come banana.

Disjunção Inclusiva (Conectivo “ou”)

Representação simbólica: $\vee$

Exemplos:

Na linguagem natural:

Maria é bailarina **ou** Juliano é atleta.

Na linguagem simbólica: $p \vee q$

Sendo:

- p: Maria é bailarina.
- q: Juliano é atleta.

Disjunção Exclusiva (Conectivo “Ou...ou”)

Representação simbólica: $\vee$

Exemplos:

Na linguagem natural:

Ou o elefante corre rápido, **ou** a raposa é lenta.

Na linguagem simbólica: $p \vee q$

Sendo:

- p: o elefante corre rápido.
- q: a raposa é lenta.

Condicional (Conectivo “se... então”)

Representação simbólica: $\rightarrow$

Exemplos:

Na linguagem natural:

Se estudar, **então** vai passar.

Na linguagem simbólica: $p \rightarrow q$

Sendo:

- p: estudar.
- q: vai passar.

Bicondicional (Conectivo “se, e somente se,”)

Representação simbólica: $\leftrightarrow$

Exemplos:

Na linguagem natural:

Bino vai ao cinema **se, e somente se**, ele receber dinheiro.

Na linguagem simbólica: $p \leftrightarrow q$

Sendo:

- p: Bino vai ao cinema.
- q: ele receber dinheiro.

PROPOSIÇÕES LÓGICAS SIMPLES

Observe a frase a seguir:

Paula vai à praia.

Para saber se temos ou não uma proposição, precisamos de três requisitos fundamentais:

- **Ser uma oração:** é uma frase com verbo;
- **Oração declarativa:** a frase precisa apresentar uma situação, um fato;
- **Pode ser classificada como Verdadeira ou Falsa:** ou seja, podemos atribuir o valor lógico verdadeiro ou o valor lógico falso para a declaração.

Tendo isso em vista, podemos afirmar claramente que a frase “Paula vai à praia” é uma proposição lógica, pois temos a presença de um verbo (ir), uma informação completa (temos o sujeito claro na oração) e podemos afirmar se é verdade ou falsa.

Dica

Proposição lógica é uma oração declarativa que admite apenas um valor lógico: V ou F.

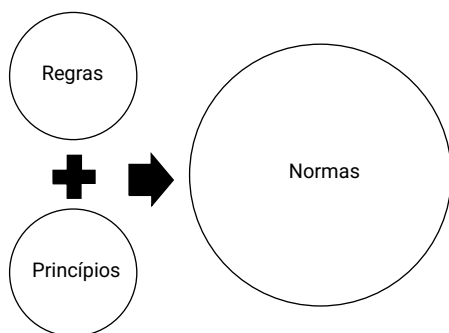
DIREITO CONSTITUCIONAL

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

CONCEITO E NATUREZA

Antes de adentrarmos propriamente no tema, é importante esclarecer um ponto que já foi objeto de prova: princípios, regras e normas se distinguem.

Há o gênero normas, do qual decorrem as espécies regras e princípios. As normas são amplas, abarcando, assim, a natureza abstrata dos princípios e a concretude das regras.



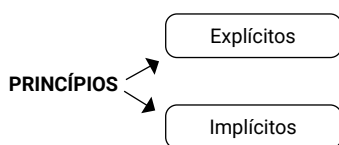
Os princípios são um alicerce de um sistema, uma estrutura básica do ordenamento jurídico, trazendo, também, uma melhor orientação à interpretação de um texto constitucional, que não pode ser feita de forma isolada, mas, sim, levando em consideração todo o contexto.

Os princípios constitucionais podem ser **explícitos** ou **implícitos**. Os princípios explícitos são aqueles que estão de forma expressa no Texto Constitucional (escritos).

Já os implícitos são obtidos por meio de uma construção lógica, estando subentendidos no texto mesmo não aparecendo expressamente.

Como exemplo de princípios explícitos, podemos citar os princípios do art. 37 da CF, os quais dizem respeito à Administração Pública.

Já quanto aos princípios implícitos, podemos citar o princípio da supremacia do interesse público, o qual, apesar de não ser encontrado expressamente na CF, é estritamente observado pelo poder público.



PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Os princípios fundamentais são mandamentos que vão influenciar em toda a ordem jurídica.

Por exemplo, é nesse momento que o Texto Constitucional formaliza a relação entre **povo, governo e território**, elementos estes que são requisitos para a constituição de um Estado.

Além disso, servem como norte para outras normas e estão localizados no Título I da CF, de 1988, o qual é composto por quatro artigos.

Note que é nesses artigos que se proclama o regime político democrático com fundamento na soberania popular e na garantia da separação de função entre os governos.

Além disso, neles também são determinados os valores e diretrizes para o ordenamento constitucional.

Salientamos, antes de adentrarmos especificamente nos referidos artigos, que muitas questões de prova cobram do examinando um conhecimento prévio correlacionando a distinção do que são fundamentos (art. 1º), objetivos (art. 3º) e princípios (art. 4º).

Repare que, no parágrafo anterior, não foi exposto o art. 2º, mas isso se deu de forma proposital, tendo em vista que o examinador, muitas vezes, tenta confundir o candidato com o rol dos artigos anteriormente mencionados.

Para tanto, utilizaremos alguns mnemônicos ao longo das explicações, começando logo por **“FOP”** (fundamentos, objetivos, princípios).

Observe que esse mnemônico obedece à ordem alfabética, estando também em conformidade com a ordem dos artigos da Constituição (F-1º; O-3º; P-4º).

Assim, quando a questão mencionar algo relacionado a fundamentos, lembre-se de que estará se referindo ao exposto no art. 1º; quando mencionar objetivos, ao art. 3º; e, quando mencionar princípios, ao art. 4º. Não se esqueça também de que o art. 2º não entra como referência nesse mnemônico.

FUNDAMENTOS

Os fundamentos contidos no art. 1º da CF, de 1988, servem como base para todo o ordenamento jurídico, pois se referem aos valores de formação da República Federativa do Brasil — veja a importância do artigo, não somente em relação à Constituição, mas para toda a ordem jurídica do Estado.

Assim, vejamos o referido dispositivo:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como **fundamentos**:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

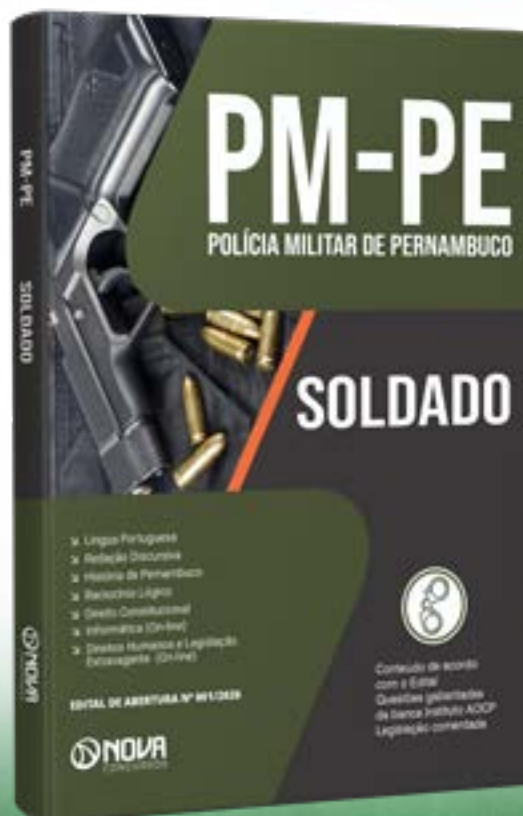
MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO